

XX ENANCIB

21 a 25 Outubro/2019 – Florianópolis

A Ciência da Informação e a era da Ciência de Dados

ISSN 2177-3688

GT-5 – Política e Economia da Informação

PROJETO OBSERVATÓRIO DO RACISMO E DA INFORMAÇÃO

OBSERVATORY ON RACISM AND INFORMATION PROJECT

Rubens Alves da Silva – Universidade Federal de Minas Gerais
Lorena Tavares de Paula – Universidade Federal de Minas Gerais
Franciéle Carneiro Garcês da Silva – Universidade Federal de Minas Gerais

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Esta comunicação visa apresentar o projeto Observatório do Racismo e da Informação (ORI), do Núcleo de Estudos sobre Performances, Patrimônio e Mediações Culturais (NEPPaMCs) da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (ECI/UFMG). Analisa a problemática da persistência do racismo nas sociedades em rede, focalizando, em especial, as experiências vivenciadas atualmente por pessoas, grupos e comunidades tradicionais de descendência africana no contexto atual da sociedade brasileira. Na parte teórico-conceitual, parte-se de autores como Carlos Moore (2012), Stuart Hall (2006), Edward Telles (2003), Lilia Schwarcz (1993), entre outros intelectuais ao discutir a noção de racismo. Apoiar-se em Saldanha, Souza e Sales (2018) e Lima e Alvares (2012) para responder por que estudar racismo na Ciência da informação e justificar a proposta metodológica da organização de informação em ambientes digitais. Considera-se três dimensões de conteúdos temáticos, objetivando contribuir para o mapeamento dos discursos sobre racismos no ambiente *web*.

Palavras-Chave: Observatório; Racismo; Informação.

Abstract: This paper aims to present the project Observatory on Racism and Information (ORI), of the Center for Studies on Performances, Heritage and Cultural Mediations (NEPPaMCs), School of Information Science, Federal University of Minas Gerais (ECI/UFMG). It analyzes the problem of the persistence of racism in networked societies, focusing in particular on the experiences currently experienced by people, groups and traditional communities of African descent in the current context of Brazilian society. In the theoretical-conceptual part, we start with authors such as Carlos Moore (2012), Stuart Hall (2006), Edward Telles (2003), Lilia Schwarcz (1993), among other intellectuals in discussing the notion of racism. It relies on Saldanha, Souza and Sales (2018) and Lima and Alvares (2012) to answer why study racism in

Information Science and justify the methodological proposal of information organization in digital environments. Three dimensions of thematic content are considered, aiming to contribute to the mapping of discourses about racism in the web environment.

Keywords: Observatory; Racism; Information.

1 INTRODUÇÃO

Esta Comunicação propõe a apresentação do projeto intitulado Observatório do Racismo e Informação (ORI), cuja proposta inicial é a pesquisa exploratória em andamento sobre a problemática da persistência do racismo nas sociedades em rede, focalizando, em especial, as experiências vivenciadas atualmente por pessoas, grupos e comunidades tradicionais de descendência africana no contexto atual da sociedade brasileira.

O ORI é uma das ações integradas ao Núcleo de Estudos sobre Performances, Patrimônio e Mediações Culturais (NEPPaMCs). Este Núcleo é vinculado à Escola de Ciência de Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Consoante com a orientação metodológica norteadora das ações de pesquisa e extensão deste núcleo é que se delinea o projeto ORI. Este projeto tem por finalidade a realização de um trabalho de monitoramento de notícias sobre práticas de racismo e manifestações variadas de intolerância à diversidade cultural e étnico-racial na contemporaneidade; bem como as variadas formas de enfrentamento a essa prática explícita ou dissimulada de violência social.

Trata-se de um projeto de pesquisa exploratória cuja proposta de atividade intercala a sondagem e acompanhamento diário da circulação de informação pela internet e a divulgação pública desse material; bem como – a contar com o êxito da implementação do projeto – o desenvolvimento de ações de caráter informativo, reflexivo e educativo, atinentes a estes problemas sociais e culturais, entre outras atividades afins. Tendo-se em perspectiva, principalmente, a produção de material científico (artigos, livros entre outros suportes informacionais) que possa contribuir no processo de superação do racismo estrutural, individual e institucional, ainda persistentes nas sociedades contemporâneas de modo negativo ao respeito à diversidade e diferenças étnico-raciais.

Portanto, o projeto ORI se inspira no método da pesquisa-ação ao integrar atividade de pesquisa, de ações educativas e de conscientização da violência social do racismo.

2 RACISMO E MEDIAÇÃO INFORMACIONAL NA WEB

A questão do racismo é um dilema que permanece ainda nos dias de hoje como algo desafiante à superação nas sociedades mundiais. É uma estrutura de mentalidade que, como sugere Moore (2012) tem origens remotas no processo da relação entre grupos humanos mediada por interesses de ocupação territorial, apropriação de recursos naturais, exploração da força de trabalho, etc., que culminaram na dominação do Outro através do uso da força e

poder de dominação física e simbólica. Consiste em um tipo de estrutura estruturante da mentalidade, imbricando ideologia e sentimento de superioridade étnico-racial construídas social e culturalmente. Nesse processo, incorporada e atuante nos indivíduos; estimulando práticas conscientes e inconscientes na interação social e normas estabelecidas institucionalmente. Por isso o racismo consiste em tipo de violência social multidimensional: individual, institucional e estrutural.

Como discute Moore, o fenômeno do racismo não é algo exclusivo de determinada localidade, nação ou país; mas encontra na prática variações históricas e contextuais. Entretanto, para esse autor, o racismo é um tipo de preconceito que mobiliza o sentimento de ódio fenotípico (MOORE, 2012). Este tipo de sentimento, individual ou coletivo, manifesto ou latente, que reveste o preconceito contra pessoas de pele negra, da diáspora, migrantes ou em seu próprio continente de origem (MOORE, 2012; HALL, 2006).

No Brasil, a questão racial emerge no contexto da formação de um pensamento social brasileiro a partir de finais do século XIX. Reconhecidamente, Silvio Romero, Nina Rodrigues e Oliveira Vianna são figuras expoentes deste momento histórico¹. Estes intelectuais compartilhavam dos pressupostos do Evolucionismo Social, como seguidores do pensamento de cientistas naturalistas da Europa e dos Estados Unidos e, com base neste referencial é que eles se propuseram a refletir sobre a questão do progresso da civilização e progresso econômico da nação brasileira, colocando-se em pauta como ponto polêmico, no confronto de suas ideias e convicções próprias, os aspectos negativos e positivos do fenômeno da “mistura de raças” do povo brasileiro. Para eles, portanto, o problema de fundo que explicava a realidade do país pós-abolição e comprometia o futuro da nação era de ordem biológica racial, isto é, a impossibilidade quase absoluta do perfil populacional brasileiro refletir o ideal da “pureza racial”, sonhada pelas elites nacionais², espelhada no modelo nórdico europeu³.

¹ Ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 43-66; SILVA, R. A.; MARTINIANO, M. C. Etnografia no Arquivo Documental: Uma nova abordagem para discussão acerca das teorias raciais entre os séculos XIX e XX. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 23 a 27 de outubro de 2017. Marília, SP. **Anais...** Marília, 2017.

² Conforme expresso na lei de imigração pós-abolição, no ano de 1889, que proibia a entrada no país de pessoas de origem africana e asiática.

³ Era consensual entre estes autores a ideia da superioridade da “raça branca” em relação às demais, negra e indígena considerando-se os aspectos cognitivo, intelectual e moral; sendo, pois, a divergência de opiniões e convicções entre eles de ênfase pontual. Para Silvio Romero e Oliveira, Vianna, de um lado, a “mistura de raça” era vista como negativa, porque acreditavam se fator desfavorável ao que atribuíam qualitativo diferencial na “raça branca pura” no cruzamento com outros grupos tidos como “inferiores” na escala evolutiva da

Com menor projeção, outros intelectuais desta transição de século também protagonizaram os debates sobre a questão nacional manifestando discordância com as teses racistas incursionando por outras fontes referenciais como as teorias econômicas e de classe⁴. Todavia, é a partir da segunda metade do século XX que se pode afirmar ter as teorias racistas começado a ser superadas como modelo discursivo persistente do processo histórico e realidade sociocultural da sociedade brasileira. Neste período, o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre produziu tese inovadora deslocando o foco de abordagem centrada na ideia de raça para a noção de *cultura* – sobretudo influenciado pela contribuição de Franz Boas⁵. Este estudo foi publicado no ano de 1933 com o título de *Casa-Grande e Senzala*.

Oposto ao julgamento dos teóricos das raças, na concepção de Freyre a miscigenação era uma característica altamente positiva que marcava a distinção singular da sociedade brasileira comparada com outros países da diáspora africana. Ele focalizou em seu estudo a relação de sociabilidade entre senhores e escravos nos latifúndios de plantação da cana-de-açúcar do nordeste brasileiro; o patriarcalismo predominante naqueles espaços territoriais; a autonomia do poder exercido pelos senhores de engenho nos domínios de sua propriedade – desde a definição das regras e normas disciplinares, como controle da prática do catolicismo local.

Para Freyre (1933), as causas explicativas para o atraso sociocultural do Brasil, comparado com países centrais da Europa e os Estados Unidos, não podiam ser atribuídas a fatores vinculados à “mistura de raças”, mas analisadas da ótica de classe. Assim, embora Freyre tenha refutado com êxito a força da teoria racista vigente em seu tempo, ele em seu estudo clássico produziu um escamoteamento das tensões e conflitos étnico-raciais subjacentes à dinâmica das relações sociais no contexto da sociedade brasileira. Com efeito, é a partir do alcance inclusive internacional de *Casa-Grande e Senzala* que a questão racial ganhou centralidade no pensamento social crítico brasileiro.

humanidade; de outro lado, Nina Rodrigues via como positivo a “mestiçagem” racial por acreditar que isso levaria ao “branqueamento” da população brasileira com o decorrer do tempo. Ver: (SCHWARCZ, 1993).

⁴Manoel Bomfim, Alberto Torres entre outros, como é justo mencionar o nome do historiador mineiro Nelson de Senna cf: (SILVA; MARTINIANO, 2017)

⁵ Franz Boas (1858-1942) é uma das maiores referências da antropologia mundial. Ele nasceu na Alemanha, era físico e geográfico mas resolveu dedicar-se ao ofício de etnólogo. Depois de realizar pesquisas entre os esquimós do norte do Canadá ele se mudou para os Estados Unidos, onde inaugurou a vertente antropológica denominada Antropologia Cultural. Produziu inúmeros artigos de combate às teorias antropológicas de base evolucionista do século XIX; além do ativismo político-acadêmico dele contra o racismo.

Freyre passa ao exterior, com publicação lá fora, a boa imagem de que no Brasil reinava uma verdadeira “democracia racial”. Esta suposta realidade levou a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a solicitar pesquisas sociológicas visando documentar tal exemplo e divulgar para o mundo. O projeto reuniu uma equipe de pesquisadores distribuídos na realização de pesquisas empíricas localizadas em diferentes regiões do país⁶.

O resultado do conjunto das pesquisas realizadas demonstrou o oposto do discurso propagado freyriano. Evidenciou que o preconceito racial contra pessoas negras era prática cotidiana na sociedade brasileira – embora houvesse certa “vergonha” das pessoas em declarar ter esse tipo de preconceito. Não se tratava somente de uma prática exclusivamente individual, mas também institucional.

Portanto, a partir do estudo recomendado pela UNESCO, a questão racial no Brasil se consolidou como tema relevante, despertando o interesse de acadêmicos nacionais e do exterior em dedicar-se ao assunto. Ao discutir a questão, Oracy Nogueira (1998) classificou o preconceito racial no Brasil como um tipo de “preconceito de marca”, diferentemente do localizado nos Estados Unidos – descrito pelo autor como “preconceito de origem”. Ou seja, enquanto neste país norte-americano o preconceito racial contra pessoas não-brancas é motivado pelo atributo da consanguinidade, no Brasil o fator de maior impacto é a aparência fenotípica, entre outros atributos – principalmente a cor preta da pele.

A tese de Nogueira é comprovada nos estudos de Teófilo de Queiroz (1975), sobre o “preconceito de cor” e a representação da “Mulata” na literatura brasileira, observa que os atributos fenotípicos valorizados nas mulheres descritas nesta categoria são invariavelmente aqueles traços mais aproximados do padrão eurocêntrico: a pele menos escura, o nariz afilado, os cabelos anelados se não lisos. Esse critério discriminatório também aparece nos estudos sobre relações sociais como elemento tendente a diferenciar o tratamento dispensado às pessoas vistas como “mulatas” ou “mestiças”, das pessoas fenotipicamente negras no contexto da sociedade brasileira. E nesse aspecto, questão da ascensão social é também considerada. Todavia, como demonstrou sociologicamente Edward Telles (2003), é quase insignificante a mobilidade socioeconômica das pessoas “mulatas” na estrutura social brasileira num quadro comparativo com pessoas fenotipicamente negras.

⁶ Este trabalho foi realizado nos anos 1950, tendo à frente como coordenador do projeto o sociólogo e professor da Universidade de São Paulo, Florestan Fernandes.

Nos estudos de Nogueira e outros que vieram depois também é descrita a diferenciação do tipo de discriminação racial praticada no Brasil comparada com a dos Estados Unidos, também são avaliados pelos estudiosos. Enquanto neste último, o racismo era característica predominante da discriminação racial praticada e classificava-se como “racismo”; enquanto no Brasil registrava-se como “preconceito de cor”. A explicação para diferença de tal classificação é justificada pela característica da discriminação lá e cá, isto é, a agressão física e a segregação racial, marcante nas relações inter-raciais nos países comparativos.

Os estudos sobre relações raciais no Brasil produzidos até a década de 1980 tenderam a colocar pouca ênfase no conceito de racismo para descrever a discriminação contra pessoas negras, sendo o termo “preconceito de cor” mais recorrente. Era considerado também que a discriminação racial estava associada diretamente à condição de classe. Interpretações revistas nos estudos acadêmicos produzidos depois dos anos 1980, a partir das críticas políticas étnico-raciais e produções teóricas associadas a intelectuais orgânicos e ativistas do Movimento Negro organizado no Brasil em finais dos anos 1970.

Este Movimento ocupou as ruas protagonizando coletivamente a denúncia do racismo individual e institucional enfrentado pelos descendentes de africanos na sociedade brasileira. Num protesto contra os processos de exclusão social; a perseguição policial; aos atributos de estigma ao fenótipo da pessoa negra; a discriminação das tradições religiosas e práticas culturais de matriz africana. Atitude política e ativista, portanto, de reivindicação pelo reconhecimento da identidade positiva do afro-brasileiro, independentemente das nuances da cor da pele – conforme o questionamento crítico enunciado em faixa registrada pela lente do fotógrafo nos anos 1980: “Pretos, Mulatos, Mestiços: Quem é o Negro no Brasil?” (GARCIA, 2006, p. 68).

De acordo com Carlos Moore, o racismo é uma ideologia e prática cujo alvo corporal da intolerância é o fenótipo (MOORE, 2012). Atento para essa observação é que desde o ano de 2016 temos acompanhado na internet e salvo em arquivo do *Google*, materiais que reúnem queixas, reclamações e denúncias feitas por pessoas negras de práticas de racismo sofridas em espaços públicos ou no espaço virtual da *web*. Desde cidadãos comuns até celebridades. Começamos a *salvar* estes registros sem outras pretensões senão a curiosidade de acompanhar a ocorrência do fato. A recorrência destas denúncias que acessamos ao navegar pela internet levou-nos a considerar isso como sinal do amadurecimento de uma consciência

crítica da questão racial; algo que atribuímos às ações do movimento negro brasileiro e seu protagonismo no enfrentamento do racismo e seus efeitos perversos para autoestima e subalternização dos sujeitos afrodescendentes no Brasil.

Essa hipótese foi que nos levou a cogitar este projeto. Tendo em perspectiva a exploração em profundidade do material salvo em arquivo, bem como a transferência do mesmo para plataforma digital viabilizando propiciar o acesso a outros pesquisadores e interessados no assunto. Para tanto, delineando o seguinte percurso:

- a) Mapear situações de racismo ocorridas em diversos setores da sociedade e com diferentes sujeitos noticiados em reportagens de jornais, mídias sociais (*facebook, twitter*, entre outras) visando diagnosticar aspectos de enfrentamentos realizados pelas populações e indivíduos de origem africana e afro-brasileira;
- b) Estimular a produção de estudos acerca das experiências sobre o racismo sofrido pelas populações de origem africana e o enfrentamento realizado frente a estas situações visando contribuir para a construção de uma prática do profissional da informação voltada para a promoção da igualdade étnico-racial nos espaços informacionais;
- c) Incentivar o debate por intermédio de grupos de estudos, discussões sobre as temáticas étnico-raciais, movimentos sociais, racismo, empoderamento, mediações culturais, etc.;
- d) Elaborar atividades voltadas para o conhecimento, divulgação e preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural das populações de origem africana buscando o estímulo de processos identitários de alunos afrodescendentes e oriundos de ações afirmativas da Universidade;
- e) Produzir materiais bibliográficos, pesquisas e materiais audiovisuais para disponibilização no site do NEPPAMCs que possua como tema o racismo, os enfrentamentos e o conhecimento da história, memória e questões culturais de populações de origem africana;
- f) Realizar a articulação entre instituições e sujeitos da sociedade civil para realizarem ciclo de palestras, cursos e oficinas sobre o racismo, os enfrentamentos e as populações de origem africana com o objetivo de promover o diálogo e produção de novos conhecimentos sobre as temáticas supracitadas.

3 PORQUE ESTUDAR O RACISMO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO?

A organização da informação e do conhecimento tem orientado o desenvolvimento de pesquisas teóricas e aplicadas que promovem abordagens teóricas e metodologias com vistas a construir *corpus* de pesquisa e compilar conteúdos sobre prisms sociais específicos. Também tem objetivado a compreensão de possíveis aplicações de representação da informação e do conhecimento diante da grande produção e difusão de dados na Web. Sobretudo, tem investido na identificação de padrões que possam ser aplicados a organizar e recuperar informação no emaranhado de dados disponibilizados diariamente na Internet.

Saldanha, Souza e Sales (2018) apresentam o dossiê “Organização do conhecimento: agendas sociopolíticas e seus conflitos históricos” discutindo as dimensões sociais, políticas e culturais de temas orientados pela organização da informação como: sistemas de classificação, tesouros, ontologias, *linked data*, SKOS, dentre outros, em busca de uma fundamentação teórico-crítica da organização do conhecimento. Essa ação dialoga com os anseios de uma agenda de pesquisa em Ciência da Informação que possa associar os fundamentos da organização da informação com cenários sociais plausíveis de investigação. Neste sentido, a organização de informações a partir do monitoramento das manifestações racistas registradas nos espaços midiáticos da Internet faz-se como um prospecto de pesquisa coerente com os anseios da Ciência da Informação. Lima e Alvares (2012, p. 28) explicam que:

no sentido mais genérico do termo, organização do conhecimento é o modo como ele é disposto em assuntos em toda parte onde se deseja a sua sistematização ordenada para atingir determinado propósito. Pelo seu caráter interdisciplinar, a organização do conhecimento é estudada também em outras áreas, como antropologia, computação, filosofia, linguística, psicologia, sociologia, entre outras.

Pode-se entender que a organização do conhecimento, diante de seu caráter interdisciplinar, objetiva responder a indagações sociais estabelecendo uma visão que se materializa através da organização da informação em espaços mediados pelas tecnologias *online*. Dessa maneira ao proporcionar a recuperação da informação e organiza-la de maneira ordenada e sistemática pode-se estabelecer a revelação ou representação de conhecimentos.

É nesta perspectiva que se propõe a metodologia de organização de informação em ambientes digitais, objetivando contribuir para o mapeamento dos discursos sobre racismos no ambiente *web*. Acredita-se que uma ferramenta como o ORI possa oferecer contribuições

teóricas e metodológicas para extração e organização de conteúdos que auxiliem na compreensão da pluralidade de saberes plausíveis de serem visualizadas por uma abordagem classificatória mapeada em meio digital.

4 METODOLOGIA

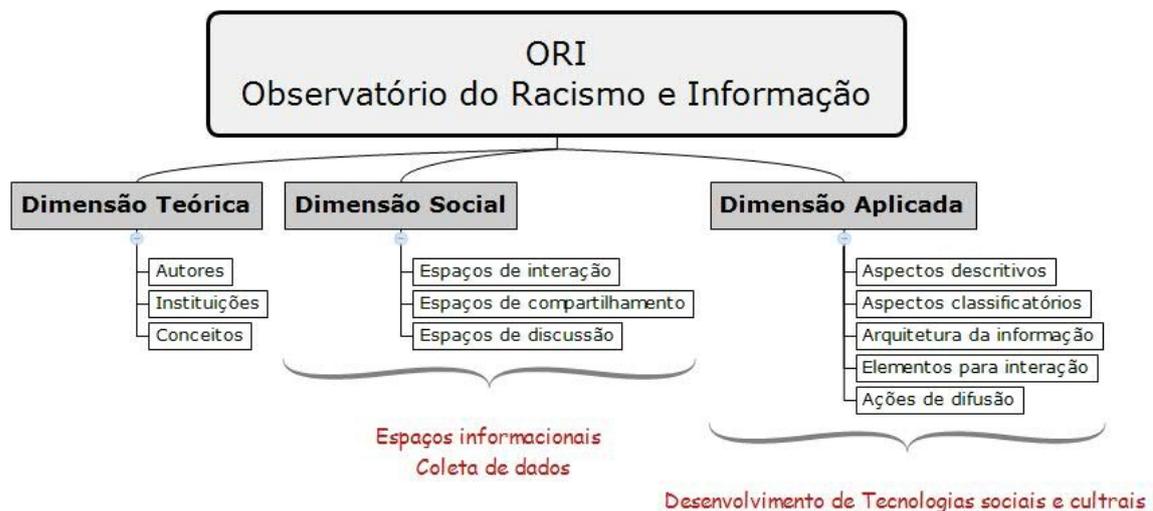
A organização da informação em ambientes digitais tem a intencionalidade de um processo de individualização de determinado item entre o vasto número dos que formam o conjunto de literatura (SHERA, EGAN, 1953). Tudo isso com o objetivo de possibilitar que esse item seja recuperado quando necessário e disseminado para públicos interessados. A organização da informação em meio digital pode ser formulada em termos de propósitos (objetivos que devem ser alcançados por um sistema tecnológico) e princípios (diretivas que guiam o processo). Nesta perspectiva, Svenonius (2000) propõe três dimensões para a organização da informação: dimensão social, dimensão teórico/metodológica e dimensão operacional. Lima et al. (2006, p. 18) explica que:

a dimensão social: se explicita no fato de ser uma atividade institucional; nessa medida, ela deve estar em harmonia com os objetivos da instituição no interior da qual se desenvolve. A dimensão teórico/metodológica: se relaciona aos aspectos cognitivos, ou seja, ao conhecimento crítico acumulado pela área, o que permite propor hipóteses de solução de problemas do campo. A dimensão operacional: que se refere ao modo de organizar o trabalho, tendo em vista os instrumentos que podem ser utilizados no processo. Esta dimensão é de natureza técnica e tecnológica.

Seguindo as dimensões propostas por Svenonius (2000), pode-se entender que a dimensão social se explicita em um plano de comunidades, que no contexto desta pesquisa serão denominadas comunidades de ambientes virtuais de compartilhamento de informações, como as redes sociais, onde a produção e reprodução de informações somada a construções de sentido fazem-se no processo de interação entre sujeitos que partilham signos comuns. A dimensão teórica se relaciona ao conhecimento crítico acumulado dentro da temática, abordado pelo ambiente de guarda e organização de informação. Por fim, a dimensão operacional (aplicada), que se refere ao modo de organização da informação, que promove a transmissão de sentido entre os interlocutores através da mediação tecnológica situada social e culturalmente.

Sendo assim, a metodologia proposta para o desenvolvimento do Observatório do Racismo e da Informação (ORI) apresenta três dimensões consideradas essenciais à organização de informação em ambientes digitais, para guarda e disseminação de conteúdos temáticos: dimensão social, dimensão teórica e dimensão aplicada (operacional). Essas 3 (três) dimensões perpassaram todos os processos de construção, estruturação e gestão do Observatório, promovendo o fomento a preservação da memória sociocultural nos espaços mediados pela internet.

Figura 1 – Dimensões Metodológicas



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

De acordo com a Figura 1, as três dimensões propostas para o desenvolvimento do ORI se materializam em um ambiente digital formulado por tecnologias que podem ser consideradas sociais e culturais. Trata-se de um espaço estabelecido a partir de uma dimensão teórica, a qual se preocupa em estudar autores, checar instituições e construir conceitos que sejam balizadores das informações reunidas no espaço digital proposto. A dimensão social é considerada um espaço de coleta de dados e interação social discursiva. Por fim, a dimensão aplicada, que oferece a materialidade do emprego das tecnologias sociais e culturais, podem promover além da guarda e preservação da memória, aplicações tecnológicas de organização da informação com o propósito de formulação de um ambiente adequado a difusão de informações auditadas e contextualizadas.

O ORI é um esforço de criação de tecnologias culturais que auxiliam, através da compilação de conteúdos, o monitoramento de manifestações sociais nos espaços mediados pela Internet.

5 DISCUSSÃO

Em uma perspectiva tecnológica, o desenvolvimento do ORI terá aplicação de tecnologias de um Sistema de Gerenciamento de Conteúdos (SGC). O SGC é a versão em português dos CMS (*Content Management System*). Essencialmente, o CMS objetiva facilitar a criação edição, publicação e distribuição de informações. Para aplicar a compilação dos dados oriundos do monitoramento dos conteúdos relacionados a temática “Racismos” será aplicado também o RSS (*Rich Site Summary ou Really Simple Syndication*). Trata-se de uma aplicação de apresentação de conteúdos em Websites apresentado em linguagem XML que transmite as informações contidas nas páginas de forma resumida e às vezes classificadas em temáticas. Outra nomenclatura utilizada para essa aplicação é *feed*.

A utilização de um CMS associada a um RSS objetiva essencialmente a compilação de conteúdos e sua posterior organização em categorias para disponibilização ao público. Esse processo, a princípio, trabalha em duas perspectivas conceituais: a curadoria e a aplicação crítica de dados e informações.

A curadoria se estabelece na medida em que o Sistema permite a curatela de dados de pesquisa, em um processo de gerenciamento que pode oferecer disponibilidade em longo prazo e reusabilidade desses conteúdos. Dessa maneira, a constante atualização do ORI somada à estrutura de classificação para o gerenciamento da informação pode apoiar frentes de pesquisa que surjam no campo da Ciência da Informação e poderão ter neste espaço eficiência de guarda, compartilhamento e difusão. Já a aplicação crítica de dados se estabelece nas comunicações científicas que se derivarem dos dados disponibilizados no ORI. Essas comunicações consolidam o debate sobre o racismo no campo da Ciência da Informação e em campos correlatos de acordo com as características interdisciplinares desta ciência.

Imaginemos um CMS como um esqueleto de *website*, necessitando apenas que se preencha este esqueleto com conteúdo, que é a informação que se deseja compartilhar. Um CMS apresenta várias vantagens para dois principais tipos de público. Para começar um CMS é excelente para alguém que quer ter *web site* mas não tem conhecimento técnico, tempo ou dinheiro para produzir um site ou contratar terceiros para fazê-lo. Com um CMS, o

conhecimento técnico para colocá-lo para funcionar é muito pequeno (mas não inexistente), e o editor só precisa se preocupar em desenvolver (ou pagar para desenvolver) um layout próprio. Mas se ele não se preocupar com isso, pode utilizar temas prontos distribuídos gratuitamente.

6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Conforme enunciado inicialmente o projeto aqui exposto ainda está em fase inicial. Até o momento temos realizado um monitoramento limitado das informações circuladas na internet sobre racismo. Quantitativamente, já contamos com um volume significativo de conteúdos salvos. Desses, entendemos de arquivar além das notícias sobre ocorrência de práticas de racismo, também informações bibliográficas e biografias de ativistas e intelectuais negros.

Estamos também procedendo o levantamento de outros sites cuja veiculação de informação encontra afinidade com a proposta do ORI – a maioria deles associados a movimentos e coletivos negros, como para exemplificar o portal Geledés. Registramos também a *Timeline*. Resultado de pesquisa sobre plataformas digitais e seus impactos raciais⁷. Por fim, entre os primeiros passos do projeto ainda se registra o trabalho de concepção e desenvolvimento inicial do ambiente digital para transferência do material já reunido.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela concessão de bolsa de doutoramento à terceira autora.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2003a. Disponível em: <http://twixar.me/JH53>. Acesso em: 11 dez. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 10 de março de 2008. Disponível em: <https://goo.gl/kcvrN4>. Acesso: 09 Fev. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1996. Disponível em: <https://goo.gl/dac9jM>. Acesso em: 15 fev. 2018.

⁷ Para mais informação, acessar <https://tarcizosilva.com.br/bog/posts/racismo-algoritmico-linha-do-tempo>.

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de Informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**. Escola de Ciência da Informação da UFMG, v. 12, n. 1, 2007, p. 148-2007.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1933.

GARCIA, J. (org.). **25 anos 1980 – 2005: Movimento Negro no Brasil**. Brasília [DF]: Fundação Cultural Palmares, 2006.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

QUEIROZ, Teófilo. **Preconceito de cor e a Mulata na literatura brasileira**. São Paulo: Ática, 1975.

LIMA, V. M. A.; KOBASHI, N. W.; COUTTO, M. L.; et al. Estudos para implantação de ferramenta de apoio à gestão de linguagens documentárias: vocabulário controlado da USP. **TransInformação**, Campinas, 18(1):17-25, jan./abr., 2006.

LIMA, J. L. O.; ALVARES, L. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: ALVARES, L. (Org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4 Editores, 2012. 248 p. Capítulo 1, p. 21-48.

MOORE, C. **Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

MUNANGA, K. **Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia**. [Artigo on-line]. In: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO-PENESB-RJ, 3., Rio de Janeiro: Palestra proferida em 05/11/03, p. 1-17, 2003. Disponível em: <https://goo.gl/7U1TEG>. Acesso em: 07 ago. 2017.

MUNANGA, K. Teoria Social e Relações Raciais no Brasil Contemporâneo. **Cadernos PENESB: Especial ERER**, n. 12, p. 169-204, Rio de Janeiro/Niterói: UFF, 2010.

MUNANGA, K. Prefácio. In: MÜLLER, T. M. P.; CARDOSO, L. **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.

NOGUEIRA, O. **Preconceito de marca: as relações raciais em Ipatetininga [SP]**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SALDANHA, G. S. S.; SOUZA, R. F.; SALES, L. Questionar tudo! Caminhos para uma teoria sociocrítica da organização do conhecimento. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p. 105-108, novembro 2018.

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SHERA, J. H.; EGAN, M. E. Foundations of a theory of bibliography. In: FOSKETT, D. J. (ed.). **Libraries and the organization of knowledge**. London: Crosby Lockwood & Son, 1953. 224p. p. 19-33.

SILVA, R. A.; MARTINIANO, M. C. Etnografia no Arquivo Documental: Uma nova abordagem para discussão acerca das teorias raciais entre os séculos XIX e XX. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 23 a 27 de outubro de 2017. Marília, SP. **Anais...** Marília, 2017. Disponível em:
<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/58839>. Acesso em: 07 ago. 2019.

SVENONIUS, E. **The intellectual foundation of information organization**. Cambridge: the mit press, 2000. 255p.

TELLES, E. **Racismo à brasileira**. Uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2003.